

Econ. Brasil CORREIO BRAZILENSE

O primeiro teste do ano

Expedicto Quintas

4 JAN 1992

A tendência da economia com vistas aos indicadores que definirão o rumo dos índices inflacionários vai enfrentar o seu primeiro impacto agora em janeiro. Na esteira dos resultados das vendas de fim de ano as grandes casas de varejo entregam-se à habituals queimas de estoque, liquidando o que sobrou das ofertas natalinas para afinal voltarem às negociações sobre renovação de estoques, retomando à rotina do processo de trocas.

Os primeiros registros são inquietadores. O comércio de São Paulo dá sinais de alarme. As gestões preliminares identificam uma propensão altista bem superior às projeções inflacionárias para o mês em curso, já confirmadas em suas tendências declinantes. Os setores de higiene e limpeza, de alimentos e de eletrodomésticos sinalizam percentuais que em muitos casos emplacam os 60 por cento, num comportamento que surpreende, se considerarmos, principalmente, a sedimentação dos fatores que fazem a dinâmica inflacionária. Há escassez de moeda e os juros permanecem altos. Os diques contra as disposições consumistas estão situados nas cotas determinadas pela estratégia recessiva. Para completar o quadro de contenção nas relações de troca estão em exibição nas páginas dos jornais e nos rotativos da televisão os encalhes do Natal, numa inequívoca demonstração de que há estrangulamentos na cadeia das transformações e da comercialização, reclamando um diagnóstico mais aprofundado da iniciativa privada relativamente às tomadas de decisão em busca de um desempenho compatível com a realidade imposta pelos compromissos governamentais assumidos para negociar satisfatoriamente o escalonamento da dívida externa junto ao FMI e aos demais credores internacionais. As diretrizes no particular estão fixadas em definitivo e delas o Brasil não se afastará. O presidente Collor mostra-se disposto a todo e qualquer sacrifício, e neste sentido vai agir, doa em quem doer. À falta de um plano de

trabalho que nunca teve, em termos globais, optou pela cartilha do fundo e vai segui-la até as últimas consequências. O comportamento do Poder Público está formulado por inteiro. Resta aos setores privados a adaptação necessária para vestir a camisa-de-força, modelo FMI, segundo as medidas recessivas de seu figurino.

A verdade quanto à disposição dos setores privados em se ajustar a estes novos tempos mostra uma realidade desconcertante. A liberação do controle de preços foi recebida primariamente pelo comércio e pela indústria. Os reajustes de preços apresentam distorções descabidas. O leite, por exemplo, em 1991, subiu 421 por cento, ficando abaixo do IGP de 458 por cento do mesmo período. Enquanto isso explodiram os preços da manteiga em mais de 900 por cento. O pão, parceiro do leite na dieta popular, escalou 800 por cento, para uma subida do trigo ao redor de 391 por cento. Os preços dos remédios se entregaram ao delírio altista, o mesmo ocorrendo com os automóveis, os seguros, a construção civil, entre outros mais afobados, todos tentando, de uma só arrançada recuperar prejuízos acumulados ao longo de governos incompetentes, entre os quais o atual pode ser arrolado quanto a seu primeiro biênio de gestão.

O que se espera, porém, é que os setores privados façam a sua correção de curso buscando padrões de compatibilidade com as regras da economia de mercado, ajustando-se às leis da oferta e da procura e resolvendo de forma sensata a equação elementar dos custos, despesas e lucro, com as respectivas variáveis se relacionando dentro de parâmetros que tenham elasticidade suficiente para reprimir a ganância pelo ganho fácil e imediato, sem se atirar aos prejuízos que tal atitude possa causar nas respectivas áreas de influência de cada setor.

Se todos fizerem como a indústria farmacêutica, nem mesmo os deuses onipotentes terão condições de salvar o Brasil. E muito menos o mortal Presidente da República.